Medida Provisória n° 716, de 2016

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de R$ 420.000.000,00, para os fins que especifica.

Explicação da Ementa:

Abre crédito extraordinário de R$ 50 milhões para MCTI para pesquisa científica na área de saúde (cancelando 50 milhões de receitas próprias vinculadas da reserva de contingência); de R$ 70 milhões para o MD para combate ao Aedes Aegypti pelas Forças Armadas; e de R$ 300 milhões para MDS para prevenção e proteção de gestantes integrantes do Bolsa Família.

Assunto: Orçamento Público - Crédito Adicional

Data de Leitura: 06/07/2016

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na íntegra

Destino: À promulgação

Último local: 06/07/2016 - Plenário do Senado Federal (Coordenação de Arquivo)

Último estado: 08/07/2016 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Despacho:

06/07/2016

null

Análise

(CN-CMO) Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relatoria:

CMO - (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

Relator(es):

Deputada Federal Leandre (encerrado em 21/06/2016 - Deliberação da matéria)

Senador Roberto Rocha (Relator Revisor) (encerrado em 30/03/2016 - Alteração na composição da comissão)

Deputado Federal Pedro Fernandes (Relator Revisor) (encerrado em 30/03/2016 - Alteração na composição da comissão)

Senador Flexa Ribeiro (Relator Revisor) (encerrado em 21/06/2016 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

20/07/2016 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Recebido e arquivado.

13/07/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN n.º 336, de 12/07/2016, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem CN n.º 55/2016 ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como lei no Diário Oficial da União (fls. 75 e 76).

Remetido Ofício CN n.º 337, de 12/07/2016, ao Senhor Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa (fl. 77).

TRAMITAÇÃO

À COARQ.

08/07/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (CN) MESA.
PROMULGADA. LEI 013.310 DE 2016.
DOU (Diário Oficial da União) - 08/07/2016 - Seção I - pág. 00001.
Promulgada em 07/07/2016.

07/07/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fls. 68 a 70).

06/07/2016 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: APROVADA A MEDIDA PROVISÓRIA

Ação: Anunciado o recebimento do Ofício nº 1.133, de 2016, do 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, submetendo a apreciação do Senado Federal, a presente Medida Provisória.
A Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia, extrapauta, com aquiescência do Plenário.

Anunciada a matéria, são aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência; e de adequação financeira e orçamentária.
Discussão encerrada.
Aprovada a medida provisória, com adequação proposta pela Relatora, sem prejuízo das emendas.
Rejeitadas, em globo, as emendas, de parecer contrário.
À promulgação.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 121-126

Publicado no DSF Páginas 92-93

06/07/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: Aguardando leitura no Senado Federal.

06/07/2016 Mesa - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Encaminhado ao Senado Federal.

05/07/2016 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 1.133/16/SGM-P.

05/07/2016 PLEN - Plenário

Ação: Discussão em turno único.
Discutiram a Matéria: Dep. Delegado Edson Moreira (PR-MG), Dep. Rocha (PSDB-AC), Dep. Daniel Coelho (PSDB-PE), Dep. Mauro Pereira (PMDB-RS), Dep. Flavinho (PSB-SP), Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP), Dep. Fábio Sousa (PSDB-GO) e Dep. Celso Pansera (PMDB-RJ).
Encerrada a discussão.
Votação do Requerimento da Dep. Érika Kokay, na qualidade de Líder do PT, que solicita votação nominal para o Requerimento

TRAMITAÇÃO

de adiamento da votação por duas sessões.
Encaminharam a Votação: Dep. Daniel Coelho (PSDB-PE) e Dep. Carlos Zarattini (PT-SP).
Rejeitado o Requerimento.
Votação do Requerimento da Dep. Érika Kokay, na qualidade de Líder do PT, que solicita o adiamento da votação por duas sessões.
Encaminharam a Votação: Dep. Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) e Dep. Givaldo Vieira (PT-ES).
Retirado o Requerimento.
Votação preliminar em turno único.
Encaminharam a Votação: Dep. Glauber Braga (PSOL-RJ), Dep. Delegado Edson Moreira (PR-MG), Dep. José Airton Cirilo (PT-CE) e Dep. Edmilson Rodrigues (PSOL-PA).
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
As Emendas de nºs 1 a 4 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito, por terem sido inadmitidas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (parecer pela inadmissibilidade).
Votação, quanto ao mérito, em turno único.
Aprovada a Medida Provisória nº 716 de 2016.
Votação da Redação Final.
Aprovada a Redação Final assinada pela Relatora, Dep. Leandre (PV/ PR).
A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 716-A/2016).DCD do dia 06/07/16 PÁG 73 COL 01.

28/06/2016 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Leitura do recebimento do Ofício nº 298/2016, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória nº 716/2016 (Sessão Não Deliberativa de Debates de 28/6/2016 - 14h - 163ª Sessão).

22/06/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o Ofício CN nº 298, de 22/06/2016, encaminhando o processado da presente Medida Provisória ao Senhor Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32. (fl. 45).

À CD.

22/06/2016 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 23/06/16 PÁG 99 COL 01.

22/06/2016 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o Ofício nº 298/2016, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 716/2016.
Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 04 (quatro) emendas e que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização emitiu o Parecer nº 22, de 2016-CN, que conclui pela aprovação da matéria.
Recebida a Mensagem nº 73/2016, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 716/2016.
Recebido o Parecer nº 22, de 2016-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pela aprovação da matéria.
Ao Plenário para leitura. Publique-se.

21/06/2016 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Publicado em avulsos e no DSF de 22/06/2016 o Parecer nº 22, de 2016-CN.
À Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 631-636

TRAMITAÇÃO

21/06/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: À Secretaria de Atas e Diários, para publicação do Parecer nº 22 de 2016-CN. Após, à Secretaria de Expediente, com destino à Câmara dos Deputados.
********** Retificado em 21/06/2016**********
Acrescente-se o seguinte: Juntada fls. 40 a 47 referente à tramitação da matéria.
********** Retificado em 21/06/2016**********
No acréscimo leia-se fls. 40 a 44.

21/06/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Terceira Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2016, APROVOU, por unanimidade, o Relatório da Deputada LEANDRE, nos termos da Medida Provisória nº 716/2016-CN. Quanto às 4 (quatro) emendas apresentadas, DECLARADAS INADMITIDAS.
À SLCN.

20/06/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na pauta da reunião.

16/06/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido da Relatora, Deputada Leandre, relatório com voto pela aprovação da Medida Provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo. A Relatora, quanto às 4 (quatro) emendas apresentadas, indicou para INADMISSIBILIDADE. Anexado às fls. de nºs 34 a 38.

13/06/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Designado Relator Revisor o Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Anexado à folha de nº 33.

08/06/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designada Relatora a Deputada Leandre (PV-PR). Anexado à folha de nº 32.

05/05/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexado à folha de nº 31, Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 20 de 2016 (publicado no DOU de 3.05.2016), que prorroga o prazo da vigência desta Medida Provisória em sessenta dias.

Publicado no DSF Páginas 597

03/05/2016 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ato n. 20, de 02/05/2016, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorrogando a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 03/05/2016).

TRAMITAÇÃO

12/04/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexado à folha nº 30, Ofício nº 481/2016/SGM/P, de 11.04.2016, do Presidente da Câmara dos Deputados à Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, Senadora Rose de Freitas, comunicando que, em virtude das decisões proferidas pela Presidência da Câmara dos Deputados nas Questões de Ordem n. 352/2013 e 153/2016, o termo final para o recebimento da MPV nº 716/2016, pela Câmara dos Deputados é o dia 21 de junho de 2016.

30/03/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexado à folha de nº 29, Ofício nº 89 (CN), de 15/03/2016, da Presidência da Mesa do Congresso Nacional, comunicando ao Presidente da Câmara dos Deputados, a adoção pela Presidente da República da Medida Provisória 716/2016, bem como sua publicação do Diário Oficial da União do dia 14 de março de 2016.

30/03/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Em virtude do estabelecido no art. 10 da Resolução nº 1/2006-CN, encerra-se, nesta data, a relatoria da matéria.

28/03/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na pauta da reunião.

23/03/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido do Relator, Deputado Pedro Fernandes, relatório com voto pela aprovação da Medida Provisória, na forma encaminhada pelo Poder Executivo. O Relator, quanto às 4 (quatro) emendas apresentadas, indicou para INADMISSIBLIDADE as de nºs 1, 2 e 3 e REJEITADA a de nº 4. Anexado às fls. de nºs 25 a 28.

23/03/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Designado Relator o Deputado Pedro Fernandes, e Relator Revisor o Senador Roberto Rocha. Anexado às folhas de nºs 23 e 24.

22/03/2016 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Nesta da data foram encaminhadas para publicação no DSF de 23/03/2016 e em avulsos as Emendas nº 1 a 4 .

Publicado no DSF Páginas 248-253

22/03/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: À Secretaria de Atas e Diários, para publicação das emendas apresentadas.

22/03/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Encerrado o prazo regimental, à Medida Provisória foram apresentadas 4 (quatro) emendas. Anexadas às folhas de nºs 17-A a 22. À SSCLCN para publicação.

TRAMITAÇÃO

16/03/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Anexada em 16.03.2016 às folhas de nºs 13 a 17, Nota Técnica nº 14/2016 da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, contendo subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 716, de 2016 quanto a adequação orçamentária e financeira, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN.

15/03/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A Senhora Presidente da República adotou, em 11 de março de 2016, e publicou no Diário Oficial da União de 14 do mesmo mês e ano, a presente Medida Provisória.
A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.
O calendário de tramitação da Medida Provisória consta da ação legislativa do dia 14/03/2016.
A matéria será publicada em avulsos.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 274

15/03/2016 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Of. 89/16 - CN comunica o encaminhamento da MPV 716/16 à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e o calendário para sua tramitação.

14/03/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Ao Plenário para leitura e comunicação do calendário para tramitação da matéria.

14/03/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Juntada a Mensagem n° 73, de 2016, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória n° 716, de 11 de março de 2016 (DOU de 14/03/2016), às fls. 3 a 10.

14/03/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória nº 716/2016:
- Publicação no DOU: 14-03-2016
- Emendas: até 20-03-2016;
- Prazo na Comissão: *;
- Remessa do processo à CD: -;
- Prazo na CD: até 10-04-2016 (até o 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 10-04-2016;
- Prazo no SF: de 11-04-2016 a 24-04-2016 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 24-04-2016;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 25-04-2016 a 27-04-2016 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 28-04-2016 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 12-05-2016 (60 dias).

* A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012).

14/03/2016 SF-SEPRTL - Serviço de Protocolo Legislativo

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 2 (duas) folhas numeradas e publicadas.

TRAMITAÇÃO

********** Retificado em 14/03/2016**********
Este processo contém 2 (duas) folhas numeradas e rubricadas.

Publicado no DOU Páginas 2

14/03/2016 CN - CONGRESSO NACIONAL

Ação: Prazo para Emendas: 15/03/2016 a 20/03/2016. Comissão Mista: *Câmara dos Deputados: até 10/04/2016. Senado Federal: 11/04/2016 a 24/04/2016. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 25/04/2016 a 27/04/2016. Sobrestar Pauta: a partir de 28/04/2016. Congresso Nacional: 14/03/2016 a 12/05/2016. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 11/07/2016*Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

14/03/2016

Ação: Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 716/2016

Data: 14/03/2016

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de R$ 420.000.000,00, para os fins que especifica.

Avulso inicial da matéria

Data: 15/03/2016

Autor: -

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: A Senhora Presidente da República adotou, em 11 de março de 2016, e publicou no Diário Oficial da União de 14 do mesmo mês e ano, a presente Medida Provisória.
A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.
O calendário de tramitação da Medida Provisória consta da ação legislativa do dia 14/03/2016.
A matéria será publicada em avulsos.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

Nota Técnica

Data: 16/03/2016

Autor: -

Local: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação Legislativa: Anexada em 16.03.2016 às folhas de nºs 13 a 17, Nota Técnica nº 14/2016 da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, contendo subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 716, de 2016 quanto a adequação orçamentária e financeira, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN.

Avulso de emendas

Data: 22/03/2016

DOCUMENTOS

Autor: -

Local: Secretaria de Atas e Diários

Ação Legislativa: Nesta da data foram encaminhadas para publicação no DSF de 23/03/2016 e em avulsos as Emendas nº 1 a 4 .

Descrição/Ementa: Emendas nºs 1 a 4

Avulso de parecer

Data: 21/06/2016

Autor: -

Local: Secretaria de Atas e Diários

Ação Legislativa: Publicado em avulsos e no DSF de 22/06/2016 o Parecer nº 22, de 2016-CN.
À Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Parecer nº 22, de 2016-CN

Autógrafo - Medida

Data: 06/07/2016

Autor: Câmara dos Deputados

Local: null

Avulso inicial da matéria

Data: 06/07/2016

Autor: -

Local: Secretaria de Atas e Diários

Ação Legislativa: Anunciado o recebimento do Ofício nº 1.133, de 2016, do 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, submetendo a apreciação do Senado Federal, a presente Medida Provisória.
A Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia, extrapauta, com aquiescência do Plenário.

Anunciada a matéria, são aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência; e de adequação financeira e orçamentária.
Discussão encerrada.
Aprovada a medida provisória, com adequação proposta pela Relatora, sem prejuízo das emendas.
Rejeitadas, em globo, as emendas, de parecer contrário.
À promulgação.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Avulso da Matéria

Autógrafo - MPV 716/2016

Data: 13/07/2016

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN n.º 336, de 12/07/2016, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem CN n.º 55/2016 ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como lei no Diário Oficial da União (fls. 75 e 76).

Remetido Ofício CN n.º 337, de 12/07/2016, ao Senhor Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa (fl. 77).

À COARQ.